

A FAMÍLIA E A HETROSSEXUALIDADE: A PRODUÇÃO DO CU COMO ÁREA ERÓGENA

Thiago Henrique de Almeida Carvalho ¹
David Ferreira de Araújo ²

RESUMO

O presente trabalho busca investigar os mecanismos normalizadores da heterossexualidade compulsória no seio familiar, principalmente, no que se refere à formalização de uma visão nuclear tradicional, constituída pelo binarismo de gênero: homem/mulher, composto por pai/mãe/filho(a), impregnada pela heteronormatividade, onde normalmente verbera princípios de procriação, de laços biológicos e da condenação de determinadas práticas sexuais, por exemplo, a prática anal. Dessa forma, para dar sustentação a discussão tecida aqui, seguiremos os preceitos da pesquisa explanatória, ou seja, por meio da pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008), é desenvolvida diante de materiais já elaborados, constituídos de livros, artigos científicos, etc. Assim, será através dos aportes teóricos de Lévi-Strauss (1976) sobre família, de Judith Butler (2017) sobre heterossexualidade compulsória, de Michel Foucault (2017; 2018) sobre discurso, e sexualidade, e de Paul Preciado (2017; 2018) e Javier Saez (2016) sobre o cu como área erógena, que pretendemos trazer à tona o núcleo familiar tradicional, formado por marido/esposa/filho(a), como constituído pelos efeitos discursivos da política heterossexual, tendo por intenção instaurar tabus a tudo aquilo que fomenta a desestrutura desse sistema: tratam de investir de discursos negativos ao prazer anal e ao cu penetrado dentro do âmbito familiar, uma vez que o cu desestabiliza o sistema heterossexista.

Palavras-chave: Instituição familiar, Heterossexualidade compulsória, Discurso, Cu.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em refletir os mecanismos que legitimam e normalizam a cultura heterossexual dentro do âmbito familiar, pois, de acordo com o senso comum (que reflete uma camada conservadora da nossa sociedade), é de práxis se rotular a dinâmica desse polo como constituída pela tradicional forma: marido, mulher e filhos(as). Sendo assim, buscaremos entender a família como um polo que dissemina discursos da heterossexualidade, legitimando a coerência sexo/gênero/desejo. Essa compulsoriedade projetada, no seio familiar, tabus concernentes, por exemplo, às sexualidades, ao controle das identidades de gênero, à intocabilidade e ao selamento de determinadas áreas, como o ânus. Esses aspectos têm a pretensão de construir determinadas situações sob os quais criam valores morais familiares.

¹ Graduado em Licenciatura Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, bolsista de produtividade CAPES, carvalhothiago.1994@gmail.com;

² Graduando em Bacharelado Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Ciências Sociais da UFPE, davidfaraujo1997@gmail.com;



Na maioria das ocasiões, esses valores morais tradicionais são constituídos pelas seguintes formações ideológicas: “Deus acima de tudo”, “o não casamento entre pessoas do mesmo sexo”, “procriação e laços biológicos”, etc. Esses, por assim, impregnam a visão de mundo de qualquer indivíduo, qualificando, por exemplo, a homossexualidade, dentre outras sexualidades “desviantes”, como intoleráveis, inadmissíveis e pecaminosas. Desse modo, condenam-se as múltiplas práticas de desejos dos “desviantes”, principalmente quando essa prática está associada ao prazer anal, isto é, a penetração anal, pois ao ser taxado como “anormal”, desafia-se as inteligibilidades culturais de gênero e sexualidade, bem como as convenções e/ou os significados culturais de uma dada cultura (no caso, heterossexista). Para tanto, rege em torno dos nossos cus, um medo axiológico e um assombroso discurso hegemônico de sujeira, “o cu funciona como um órgão excretor, lugar de onde sai merda, ele serve nada mais que pra isso”. O medo desse órgão, que a priori, não é classificado como sexual, faz circundar múltiplos discursos, sendo esses, voltados à preservação deste lugar enquanto uma “área morta de desejo” do corpo humano.

Portanto, o objetivo desse trabalho é trazer à tona, e assim indagar, o que tange à produção e a promoção da heterossexualidade no âmbito familiar, atentando também, aos discursos que circundam o ânus, neste espaço, como um lugar de perigo, de intocabilidade e de abjeção (“erógeno”). Para alcançar tal objetivo, utilizamos a pesquisa bibliográfica, na qual se deu através da seleção de determinados artigos e livros em relação a tal temática (GIL, 2008), através de conceitos-chave como “Família”, concepção tradicionalista, de Lévi-Strauss (1976), “Heterossexualidade compulsória” de Judith Butler (2017), “Discurso” e “Sexualidade” de Michel Foucault (2017; 2018) e o “Cu” como área erógena de Paul Preciado (2017; 2018) e Javier Saez (2016).

A FAMÍLIA TRADICIONAL E A MANUTENÇÃO DA HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA

Mas afinal, por que problematizar a instituição familiar? É na família que se dá a primeira socialização dos sujeitos, influenciando fortemente na constituição das suas identidades e subjetividades (SILVA, 2017). Sendo assim, a família se consolida através de



um locus de normatizações, onde passa a negar e deslegitimar determinados assuntos, bem como incentiva determinadas práticas e discursos. Desse modo, o núcleo familiar se torna (junto a outras instituições) detentora de um regime de poder no que tange à promoção e produção de discursos, como também do que seja permitido fazer, realizar e falar, colocando, por exemplo, o debate sobre o sexo exaustivamente em discurso, para seu controle, dado que, de acordo com Foucault (2017), os discursos sobre sexo se multiplicaram no interior do exercício do poder, instaurando-se, assim, dispositivos para observar e interromper corpos “desviantes”. Diante da necessidade de ampla divulgação desses discursos³, cria-se uma economia geral dos discursos (FOUCAULT, 2018), investindo a família (cabe salientar que esta é um dos polos de investimento do discurso) de normatizações de gênero e sexualidade, bem como de privação/intocabilidade do ânus.

Por conseguinte, o cenário doméstico investe nos indivíduos normatizações e inspeções, mostrando o caminho ao qual poderão percorrer, mostrando o que se pode falar, o que se pode fazer, ou melhor, legitimando a coerência corporal do sexo/gênero/sexualidade, tendo por intenção gerar uma concordância de cunho materialista, aludindo que, ao ter pênis, deve-se ser do gênero masculino, o mesmo processo recorre ao possuir uma vagina, deve-se ser do gênero feminino, correspondendo a uma heterossexualidade compulsória, que é sustentada por ordens e influências discursivas (LOURO, 2016a).

Sendo assim, a finalidade da instituição familiar tradicional é manter a “paz cívica”, a ordem social e o estabelecimento de uma classificação, segundo o qual Foucault (2014) aponta a separação daqueles que são “bons” e “maus”, servindo uma lógica de indivíduos educados e disciplinados, a fim de alcançar a regulação do corpo dos indivíduos. Para manter os indivíduos disciplinados, a família se tornou o local em que os indivíduos são formados e treinados pelas novas ciências do lar: comer, dormir, vestir-se e conduzir-se, e onde o poder

3 Segundo Foucault (2017), o discurso é a capacidade de proliferar e produzir, através das instituições pedagógicas (Escola, Medicina, Estado, Igreja e etc), uma forma de controle social sobre os sujeitos. O discurso sobre o sexo, por exemplo, pressupõe essa realidade: “(...) tratando de proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda parte, despertando as atenções, solicitando diagnóstico, acumulando relatórios, organizando terapêuticas, em torno do sexo eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitação a se falar dele”.(FOUCAULT, 2017, p.34)

político descentralizado deve ser localizado para a reforma das populações. A família passou a ser o locus da racionalização e do ascetismo pessoal, ela atua diretamente na conservação de práticas vinculadas à manutenção da heterossexualidade compulsória, ajudando a manter a dualidade de gênero e a póstuma identidade dos indivíduos, pois, sob esse mesmo dualismo, faz-se por preservar uma visão ocidental de um modelo de família nuclear que se baseia em relações biológicas (BUTLER, 2003).

Debruçando-se nesse campo, vários foram os antropólogos que emergiram nesse debate, sendo o mais conhecido, Lévi-Strauss (1976), por deslocar o parentesco biológico para o campo social, contendo nele um aspecto geral de aliança. Lévi-Strauss (1976), a partir dos seus estudos estruturalistas, fornece-nos a capacidade de ver o parentesco como uma língua, tendo a família sempre uma estrutura que faz com que certos tipos de relações sexuais possam ser possíveis ou não. Conforme o autor (1976), toda sociedade, seja ela do passado ou presente, constitui-se da relação marido-esposa-filhos (podendo agrupar eventualmente outros indivíduos). Na tentativa de resolver problemas de cunho biológico em torno da organização social familiar, ele define a família, de forma a constatar um modelo ideal:

Ver-se-ia, então que tal palavra serve para designar um grupo social que possui pelo menos, três características seguintes: 1) Tem a sua origem no casamento. 2) É formado pelo marido, pela esposa e pelos filhos (as) nascidos do casamento, ainda que seja concebível que outros parentes encontrem o seu lugar junto do grupo nuclear. 3) Os membros da família estão unidos por a) laços legais, b) direitos e obrigações econômicas, religiosas e de outro tipo c) uma rede precisa de direitos e proibições sexuais, além duma quantidade variável e diversificada de sentimentos psicológicos tais como amor, afeto, respeito, temor, etc. (GOODE, 1980, p.n.p)

Esse modelo ideal, cuja pretensão desloca o sentido biológico para o social, acaba por naturalizar princípios da divisão sexual do trabalho ao estabelecer uma dependência mútua entre os dois sexos, obrigando-os a perpetuar laços e assim fundar uma família. Fica claro, a partir disso, que os princípios da família, em termos tradicionais, são formados por laços heterossexuais, funcionando como um locus de produção de discursos da heterossexualidade compulsória, legitimando determinados padrões culturalmente estabelecidos e rejeitando



outros – padrões que se desvinculam da compulsoriedade heterossexual. Para tanto, a instituição familiar tornou-se o lugar privilegiado de investimento político em prol dos valores heteronormativos (LOURO, 2016 b), direcionando os indivíduos e sua visão de mundo sobre determinados assuntos e práticas. Desse jeito, cercam quase todos os indivíduos, constituintes do espaço familiar, de tabus, seja no que se refere ao gênero e à sexualidade, e principalmente, à prática sexual de “dar o cu”, pois ao realizar o ato anal, acaba-se por negligenciar os grandes aparelhos normativos e discursivos promovedores da relação tal como colocada por Lévi-Strauss.

Com todos esses pressupostos, chega-se a conclusão da necessidade, no seio da família tradicional, da coerência imposta que se traduz na continuidade entre sexo/gênero/desejo sexual, sustentada pelo imperativo heterossexual (BUTLER, 2017). Essa lógica supõe uma ordem compulsória sobre a qual Butler (2017) vai afirmar: “talvez o sexo tenha sempre sido o gênero” (BUTLER, 2017 p.27), pois dada uma materialidade, ela induzirá o processo sistemático da compulsoriedade, gerado através das práticas reguladoras, para supor a coerência e a continuidade das identidades de gênero e das suas práticas sexuais. Dito isso, cabe, de acordo com Butler (2017), repensar as características ontológicas das identidades políticas, uma vez que o sujeito é produzido no interior de um campo de poder, tendo em vista que a heterossexualidade compulsória produz gêneros “inteligíveis” e uma sexualidade perfeitamente heterossexual, conseqüentemente condenando os sujeitos “desviantes” com sexualidades consideradas duvidosas.

Passa-se, então, a promover linguagens, representações, símbolos e convenções, isto é, processos culturais, nas quais se estimulam certos tipos de condutas, voltadas a uma masculinidade e feminilidade comportada nos ideais heteronormativos. Dessa forma, para o asseguramento de uma “sexualidade sadia”, torna-se fundamental o vigiamento e a inspeção, uma vez que a sexualidade tem a capacidade de transformação de uma determinada identidade





e na forma como esse indivíduo modificará e se comportará corporalmente. Nesse sentido, a sexualidade é um dispositivo histórico (LOURO, 2016b), correspondendo a:

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não dito são elementos do dispositivo. (FOUCAULT, 1993, p. 244 apud LOURO, 2016 b, p.11/12)

À vista disso, esse dispositivo busca enquadrar, principalmente, dentro do âmbito familiar, um tipo específico de sexualidade, a heterossexual. Assim, as ideias normativas e discursivas, que giram em torno da coerência sexo/gênero/desejo, possibilitam uma idealização no qual projeta uma facticidade no corpo material, carregando ele uma verdade literal, compreendendo a lógica que tanto o sexo quanto o gênero é um resultado contra a homossexualidade e outras sexualidades “desviantes”, isto é, contra tudo aquilo que, segundo Green (2005), está fora do estado de equilíbrio (um estado de “anormalidade”), sob o qual as estruturas e convenções de uma determinada sociedade condena.

Mas por que se tem tanto medo da homossexualidade e das ditas sexualidades “desviantes”? De acordo com Green (2005), essas sexualidades, e incluo não apenas a homossexual, destoam de um padrão hegemônico que requer práticas heterossexuais, isto é, casar com pessoas do sexo oposto, uso da sexualidade para reprodução, etc. Essas características produzem uma espécie de sinalizador dentro da família, gerando discursos e práticas que não devem ser subversivas, por exemplo, não se fala sobre o ânus, não se pode tocar nele, não se pode usá-lo, e ao usá-lo, deve ser mantido em segredo, pois este desestabiliza uma determinada identidade. Assim, o medo do “desvio social”, ou seja, das sexualidades “perversas/ desviantes/ monstruosas”, fez por instaurar práticas normativas e discursivas marcadas pela “patologização de seus desejos” (GREINER, 2016).

Diante de todos os aspectos comentados anteriormente, no próximo tópico, aguçaremos o debate em torno dos discursos políticos heterossexuais sobre o ânus com uma





área erógena, selada e produzida, de acordo com os ideais heteronormativos, por um entorno poluído e de descategorização de uma identidade, pois é através da maquinaria de poder que se cria panos de fundos reguladores e proibitivos.

A PRODUÇÃO DO CU COMO ÁREA ERÓGENA

Neste tópico, desenvolvemos a ideia disseminada do “cu” como área erógena, ou melhor, como uma área “impura”, no qual o prazer se encontra desconhecido (VIANA, 2014). Logo, entra em ação o jogo político, a capacidade de sancionar ideais e discursos que estabeleçam um modo “correto”, por exemplo, de usar o corpo, quais órgãos sexuais disponibilizar para o ato sexual e de que forma, sendo homem ou mulher, se podem usar as partes sexuais.

“A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino,’ em que estes são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e ‘fêmea. (...) Desse modo, os prazeres que não decorrem da inteligibilidade, ou seja, que não são presumíveis do sexo e do gênero se constituiriam como falhas ou impossibilidades lógicas distantes do ideal heterossexual. (BUTLER, 2003, p. 38 apud VIANA, 2014, p. 82)

Dessa maneira, torna-se injustificável, perante a coerência cobrada pela heterossexualidade, usar o cu enquanto uma área de prazer e de penetração. Todavia, encontramos, nos filmes pornôs destinados aos heterossexuais, o uso sexual do ânus como obrigatório para as atrizes, enquanto que para os homens heterossexuais, a bunda é um limite constante, não se pode introduzir dedos, pênis, punho etc, pois isto ocasiona a perda da virilidade, da “masculinidade”. Já para os homens gays, como salienta Viana (2014), a penetração modifica o status de um macho para puta.

Diante disso, como se sustenta o discurso proibitivo nessas situações? De acordo com Viana (2014), é somente nos vídeos médicos e na pornografia que o ânus é colocado em plano de ação, isto é, onde se pode falar abertamente sobre o cu, seja para estudá-lo e/ou para penetrá-lo. Dessa forma, ao ser mostrado um homem penetrando o ânus de uma mulher, ainda é possível ver a preservação desta área como um lugar destinado a tabus, pois é mostrado nos





vídeos pornô heterossexuais, que a conquista do prazer anal vem depois da penetração da vagina, assim, por mais que “comer cu de mulher” seja um fetiche de grande parte da população masculina, ver-se-ia a lógica da penetração ainda sob a ótica estratégica de uma prática não desejável aos “manuais heteronormativos”.

No entanto, por mais que tais práticas sejam vistas em vídeos pornô e no discurso médico, verbera a proeza, dentro do âmbito familiar, do silenciamento sobre o cu, uma vez que se for um casal heterossexual, deve-se contentar com o silêncio dessa prática, pois este ato pode trazer um desmoraamento social (PRECIADO, 2017). O caso mais prático disso foi em 2011, quando a cantora Sandy falou que era possível ter prazer anal. A declaração da cantora teve muita repercussão, bem como várias opiniões contrárias e a favor, como: “Ela está totalmente certa”, “Hoje, o mundo está muito homossexual” e “Por que os homens querem outros homens se nós também temos fiofó?”⁴ Um caso prático como esse sustenta que, apesar do ânus ser escancaradamente tratado de forma explícita nos pornô e discursos médicos, cotidianamente, apreciamos as proibições em torno dele, seja na família, escola, dentre outros espaços, falar sobre o cu é algo indelicado, inapropriado, de natureza contrária a postulação biológica dos órgãos sexuais que geram prazeres e desejo sexual (PORCHAT, 2014).

Consequentemente, o investimento normativo da heterossexualidade compulsória forneceu bases substâncias para classificar essa área como sendo composta por uma zona de sujeira, pois, para evitar a ultrapassagem de fronteiras perigosas, criam-se limites, de acordo com uma dada convenção cultural, para assegurar a “boa higiene” (DOUGLAS, 2014; PRECIADO, 2017).

4 <https://extra.globo.com/famosos/e-possivel-ter-prazer-anal-afirma-sandy-2328393.html> Acessado no dia 13/30/06 às 20:00 ;

<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2017/11/29/sexo-anal-7-famosas-que-ja-revelaram-o-que-pensam-sobre-a-pratica.amp.htm?fbclid=IwAR3ixR98QZZgirWjralbpNGQHwcSIGAODIXsn2MndvMwrNKNjFnUIXdpRBk>



Esses embasamentos promoveram ao ânus um lugar de desprezo, medo e nojo, além de situar uma profunda hipocrisia, pois, como foi visto, atenta-se um lugar desejado, mas, ao mesmo tempo, humilhado (SAEZ, 2016). Vemos então, políticas veemente circulando nossos cus, vigia-se esta zona, se um cu de um homem for penetrado, adeus masculinidade, se for uma mulher, é uma “vadia” e/ou “assanhada”, e se for um homem negro? Adeus estereótipo de “negão” e de dotado. Nos esquecemos, todavia, que a penetração anal faz parte também do dispositivo da sexualidade, estando presente nos filmes pornô (gay e hetero), nos romances eróticos e nos sex shoppings etc (SAEZ, 2016). Logo, todo mundo tem cu, mas o medo do desmembramento político-heterossexual fala mais alto, uma vez que esse órgão desafia uma lógica do que é sexo e genital (SAEZ, 2016).

Assim, na socialização com nossa família, já nos são passados alguns ensinamentos, algumas lições: “tomar no cu é algo horrível”, trata-se de investimentos que são advindos de um regime de poder heterocentrado (PRECIADO, 2017). Esse mesmo regime heterocentrado, impregna o cu, bem como a prática anal com vários estereótipos, tornando, por exemplo, a penetração anal como sendo uma prática sexual destinada unicamente aos homossexuais. Contudo, torna-se interessante ressaltar aqui que essa prática também se encontra presente nas relações sexuais heterossexuais, porém, permanecem ocultas dentro do âmbito privado, isto é, “entre quatro paredes”, no quarto do casal. Dessa forma, a depender se a mulher for casada, é extremamente proibido anunciar e/ou falar sobre uma penetração anal, pois isto desonraria seu status de “bela, recatada e do lar”, de mãe de família e respeitadora dos costumes tradicionais.

Já paramos então para pensar que não apenas nas relações entre homens se pratica o sexo anal? A venda nos olhos do sistema hipervalorativo heterossexual, impede-nos de perceber as práticas dentre pessoas de outras sexualidades, por exemplo, muitas mulheres penetram analmente outras mulheres, muitas mulheres trans com pênis penetram o cu de homens, mulheres e não binários (SAEZ, 2016). Além do mais, temos homens héteros sendo penetrados, seja no ato sexual com sua esposa, seja nas escondidas com outro homem etc.



Mas por que a sociedade só foca nos homossexuais? Porque é mais fácil para o sistema de poder heterossexual, categorizar e classificar a prática anal aos homossexuais, visto que um grande aparato político-discursivo produziu culturalmente essa noção inteligível: “quem dar o cu são os homossexuais”.

Dessarte, como afirma Preciado (2009; 2017), ao classificar algumas partes do nosso corpo como não sexuais, dentre elas excluir o ânus das relações de gênero e sexo, trata-se de impor limites, fruto da capacidade de privatizar nossos cus e escantiar esse órgão, cuja abjeção nos coloca uma demarcação: “nosso rabo serve apenas para cagarmos”. Todavia, essa privação é emergência de um sistema político heterossexual, que busca a fixação e naturalização das práticas que reconhecemos como sexuais, isto é, as práticas valorativas de caráter sexual heterocentrado: “eu venho com meu pau, pra colocar na tua buceta” (PRECIADO, 2017).

Portanto, a colocação de sujo, nojo e um lugar que sai merda para nossos cus, são limites ideológicos, ou seja, barreiras visando classificar esta área como érogena, pois se tem medo do cu, do que ele possa fazer: desnaturalizar este sistema performático fálico heterossexual, visto que o cu é investido de discursos políticos, advindo principalmente de nossos lares (família). Para Preciado (2017), o ânus torna-se um lugar essencial para desmembrar as políticas heteronormativas: “Pelo ânus, o sistema tradicional da representação sexo/gênero, vai à merda”. (PRECIADO, 2017, p. 32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os debates aqui tecidos, pode-se fazer as seguintes e contundentes conclusões: a família tradicional enquanto promotora de discursos heteronormativos, empenhada na disseminação de um núcleo formado por pai-mãe-filho (a). Assim, a instituição familiar se tornou um ambiente estimulador da supremacia heterossexual: ser



meninos e meninas capazes de assegurar a coerência sexo/gênero/desejo e o bom funcionamento da sociedade, pois uma vez garantindo isso, não terá “promiscuidade” que atrapalhe a “paz cívica”. É primordial para o sistema herossexista, para que não existam indivíduos “desviantes”, atribuir determinados limites sociais, frutos de uma lógica culturalmente estabelecida para manutenção dos seus ideais: tratam-se de classificações e demarcações a certas áreas do nosso corpo. Nessa lógica, o cu torna-se um lugar de não tocabilidade, de impureza, uma área erógena, sobre o qual o acesso a esse local acaba na transformação de uma identidade, ou seja, no desmoronamento social e na desarticulação da identidade baseada no sistema compulsório sexo/gênero/desejo.

Logo, esse jogo político-discursivo está constantemente circundando os indivíduos, dado uma necessidade de assegurar a “paz cívica”, uma vez que as sexualidades “abjetas”, ao fugir das práticas sexuais heterossexuais amplamente promovidas colocam em ação uma dissonância e uma descontinuidade com os padrões culturais de uma sociedade. Assim, promover o ânus como uma área pecaminosa, impenetrável, ausente de prazer e como um lugar que consiste na “descarga de merda”, gera uma verdade “inabalável”. Contudo, essa verdade é construída sob efeitos discursivos de uma consistência política empenhada na preservação dos intuitos classificatórios e da identidade “positiva” (a conformidade com a coerência sexo/gênero/desejo). Para mais, o medo que é depositado ao cu consiste no que este pode desmembrar: políticas já estabelecidas, privilégios já sancionados, práticas sexuais já consolidadas e um jogo cultural previamente estabelecido diante das convenções e invenções validadas para a garantia do poderio da heterossexualidade compulsória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos pagu** (21) 2003: pp.219-260.

_____. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 15a ed, 2017.



DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: perspectiva, 2a ed, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e terra, 6a ed, 2017.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e terra, 6a ed, 2018.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: vozes, 42a ed, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas AS, 6a ed., 2008.

GOODE, William J. **A Família**. Extraído de “A Família-Origem e Evolução, ed Vila Martha, RS, 1980.

GREEN, James & Organizadores. **Homossexualismo em São Paulo e Outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

GREINER, Christine (ORGANIZAÇÃO). **Leituras de Judith Butler**. São Paulo: editora Annablume, 2016.

LEVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco** (Cap. 1 a 5). São Paulo, Vozes, 1976.

LOURO, Guacira. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 3a ed, 2016 b.

_____. **Um corpo estranho – ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2a ed, 2016a.

PRECIADO, Paul B. (Beatriz). **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

_____. “Terror Anal”. In **El deseo Homosexual, de Hocquenghem, Guy**, Editorial Melusina, 1ª ed., 2009.

PORCHAT, Patricia. **Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler**. Curitiba: Juruá, 2014.

SAEZ, Javier. **Pelo cu: políticas anais**. Tradução Rafael Leopoldo. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2016.

SILVA, Amanda da. **“Da ideologia de gênero à família heteronormativa: uma análise do plano municipal de educação de Curitiba”**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

VIANA, Luciana. **A folia dos cus prolapsados: pornografia bizarra e prazeres sexuais entre mulheres**. (Dissertação), Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

